

MOVIMENTO FEMINISTA E PARTIDOS POLÍTICOS NAS ELEIÇÕES EM 2018: ANÁLISE DO CENÁRIO RIO GRANDENSE

Gabriela Luiz Scapini⁴¹
Amanda C. Cegatti⁴²
Mayara Bacelar Rita⁴³

Resumo: Este artigo trata da relação entre os movimentos feministas e os Partidos Políticos do Rio Grande do Sul. Com base nos aportes das teorias feministas, prioriza-se a análise das Organizações de Mulheres nos Partidos Políticos de distintos eixos ideológicos e as candidaturas autodeclaradas feministas para deputada estadual e federal, nas eleições de 2018. Para tal, realiza-se a análise de *sites* oficiais e demais informações em redes sociais, tanto das candidatas quanto das Organizações, além de entrevista com as mesmas. O estudo permitiu identificar aproximações e distanciamentos com pautas feministas nas Organizações, bem como as bandeiras convergentes nos distintos eixos ideológicos. Por fim, foi possível apreender a trajetória de militância das candidatas e suas principais bandeiras, além da atenção dos partidos às suas candidaturas, refletidas em seu financiamento de campanha e, conseqüentemente, nos votos por elas recebidos.

Palavras-Chaves: Movimentos Feministas; Eleições; Partidos Políticos.

Abstract: This article is about the relation between feminist movements and the Political Parties in Rio Grande do Sul. Based on the contributions of feminist theories, it prioritizes the analysis of the Organizations of Women in the Political Parties of different ideological axes and the self-declared feminist candidacies to state and federal deputy, in the 2018 elections. To do so, we analyze official sites and other information in social networks of the candidates and the organizations, in addition to interviews with them. The study allowed to identify approximations and distances with feminist guidelines in the Organizations, as well as the converging priorities in the different ideological axes. Finally, it was possible to perceive the militant trajectory of the candidates and their main demands, besides the attention of the parties to their candidacies, reflected in their campaign financing and, consequently, in the votes received by them.

Keywords: Feminist Movements; Elections; Political Parties.

INTRODUÇÃO

No período recente, observa-se uma série de manifestações de movimentos feministas organizados em diferentes espaços da sociedade civil, entre os quais, o “feminismo na *web*” (FERREIRA, 2015). Percebe-se a existência de “feminismos”

⁴¹ Mestra em Ciência Política pela UFRGS e Doutoranda em Sociologia pela mesma universidade. E-mail: gabriela_scapini@hotmail.com

⁴² Mestra e doutoranda em Ciência Política pela UFRGS. E-mail: amandaccegatti@gmail.com

⁴³ Mestra em Ciência Política pela UFRGS. E-mail: mayarabacelarr@gmail.com

distintos que disputam as formas de atuação do movimento no país e as ideias sobre qual a definição do termo em visões distintas e, por vezes, antagônicas. Tais embates remontam ao surgimento das concepções feministas. Estas surgem vinculadas às visões liberais, posteriormente criticadas por outras vertentes – feminismos negros, radical, pós-colonial, decolonial, interseccional, etc. (DAHLBERG; SIAPERA, 2007).

A relação dos movimentos feministas com as instituições também é alvo de disputa. A partir desse cenário, lança-se o questionamento sobre como ocorre a relação entre os movimentos feministas e os partidos políticos no Brasil. Assim, busca-se analisar tal relação a partir do cenário Rio Grandense. Parte-se do arcabouço teórico-analítico que considera as eleições e os movimentos sociais como formas mutuamente constitutivas da política (MCADAM; TARROW, 2011). Para iniciar a investigação, procurou-se verificar a relação com os feminismos em dez organizações de mulheres em partidos políticos de distintos eixos ideológicos: PT, PCdoB, PSOL, PPS, PSB, PDT, PSDB, Progressistas, PTB e PRB. Para complementar as análises, procurou-se entrevistar candidatas que se autodeclararam feministas e trouxeram essa pauta em suas bandeiras de campanha eleitoral.

Para conhecer o funcionamento e a organização dos movimentos feministas no Rio Grande do Sul e sua relação com os partidos políticos, foram elencadas as seguintes questões: (a) quando essas organizações em partidos políticos surgiram? Há alguma relação com as discussões feministas? (b) Existe interlocução entre os movimentos de mulheres nos partidos políticos e as discussões feministas? Há distinção entre os partidos ligados aos eixos ideológicos da esquerda ou da direita quanto aos comitês de mulheres? (c) Os comitês consideram a pluralidade de mulheres para discutir as suas especificidades (negras, indígenas, quilombolas, trabalhadoras rurais, do campo e trabalhadoras sexuais, mulheres em situação de rua, mulheres jovens, mulheres com deficiência, idosas entre outros marcadores)? (d) Qual o entendimento das candidatas sobre movimento feminista? (e) Como elas articulam a militância feminista com as organizações partidárias das quais fazem parte?

A metodologia a ser adotada é qualitativa. Primeiramente, será feita uma análise de conteúdo para investigar postagens no *Facebook* e no *blog* oficial, e nos Estatutos e Regimentos Internos das organizações de mulheres analisadas. Nesta etapa, busca-se conhecer a fundo sobre essa relação entre movimentos feministas e partidos políticos. Também serão entrevistadas as lideranças dessas organizações.

Posteriormente, serão entrevistadas candidatas declaradamente feministas para verificar a interlocução da agenda feminista nas respectivas legendas e conhecer a proposta deste projeto, bem como obter as respostas para as questões que norteiam esta pesquisa.

1. MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTIDOS POLÍTICOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A LITERATURA

A retomada democrática no final do século XX marcou um período de intensas mudanças, em especial nas lutas por transformação social: a compreensão anterior de antagonismo radical entre os movimentos sociais e o Estado foi, para muitos, suplantada. Transformações e ampliações das organizações da sociedade civil são observadas nos planos nacional e internacional. Nesse cenário, as organizações da sociedade civil apresentam diferentes propósitos, formatos e áreas de atuação social: "novas forças sociais emergem no sentido de ocupar espaços e arenas não apenas no campo social, mas também no governamental, ampliando o terreno da política" (LUCHMANN; SCHAEFER; NICOLETTI, 2017, p. 361). As esferas societária e institucional aparecem como elementos-chave para as relações políticas na redemocratização, período marcado pela emergência dos novos movimentos sociais (TILLY, 2010; GOHN, 2003). Estes se caracterizaram por repertórios organizacionais inéditos, novas demandas e formas de ação política que os distinguem dos movimentos sociais tradicionais, como os partidos e os sindicatos.

A relação entre os movimentos sociais e os partidos políticos pode ser compreendida através da agenda do *contentious politics* e conduz à renovação nesse campo de estudo, especialmente pela conexão entre política institucional e contestatória (TILLY, 2010). Tal abordagem possibilitou a compreensão da relação entre os movimentos sociais, os partidos políticos e o Estado para além da cooptação ou desmobilização dos primeiros quando estes interagem com os dois últimos. Ademais, considera-se que os movimentos sociais não jogam sozinhos e que as instituições importam. Assim, envolvem-se complexas redes políticas e institucionais com uma variedade de atores: representantes políticos, partidos, meios de comunicação, eleitorado e outros movimentos sociais (MEZA; TATAGIBA, 2016).

As associações também assumem função primordial para as alternativas ou renovações democráticas. Entre as suas funções, destacam-se aquelas ligadas à

cooperação com os governos, à ampliação dos espaços de representação política ou à contestação dos padrões culturais e institucionais.

Os conceitos de capital social, sociedade civil e de movimentos sociais podem ser apontados como referências centrais nestas diferentes concepções teóricas que relacionam o associativismo com os processos de ampliação e de aprofundamento da democracia (ALMEIDA; LUCHMANN; RIBEIRO, 2012, p. 239)⁴⁴.

Em linhas gerais, essa literatura aponta as principais contribuições das associações: (a) seus impactos positivos na promoção de indivíduos "mais cidadãos"; as redes de associativismo funcionam como escolas de cidadania (PUTNAM, 1995), e; (b) denunciam injustiças e padrões hegemônicos de poder. No geral, os movimentos sociais se vinculam diretamente a essa tarefa. Além disso, as associações discutem e auxiliam na construção de políticas públicas (FUNG, 2003).

2. MOVIMENTO FEMINISTA E PARTIDOS POLÍTICOS: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Os movimentos feministas foram os responsáveis por reivindicar a importância da participação feminina nas diferentes esferas da vida social (política, educação e mercado de trabalho). No Brasil, assim como em países do norte, reivindicações pela extensão da cidadania feminina orientaram as primeiras manifestações feministas. Compunham as principais pautas o sufrágio feminino, ou seja, o voto das mulheres, além do direito destas de participarem dos pleitos enquanto candidatas (PINTO, 2003; MARQUES, 2016; SOUZA, 2003).

Mesmo após a conquista no âmbito formal, as mulheres permaneceram sub-representadas, o que motivou, no caso brasileiro, a incorporação de outras garantias legais para facilitar o acesso das mulheres a cargos de poder. Para além das discussões a nível nacional, a demanda encontrou respaldo em organismos internacionais, como CEDAW⁴⁵, precursora entre os instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos das mulheres (PRÁ, 2011), incorporada no

⁴⁴A abordagem de capital social remonta a Putnam (1995): a vida associativa conduziria a práticas de civildade nos cidadãos. A abordagem sobre movimentos sociais é ampla; em Melucci (2001), a relação de conflitos e contestação assume preponderância. Com relação à sociedade civil, destacam-se Arato e Cohen (1999) e Habermas (1995), perspectiva que se relaciona com as anteriores, incorporando as dimensões democráticas e ampliando os efeitos democráticos das associações e como elas impactam a esfera pública (LUCHMANN; SCHAEFER; NICOLETTI, p. 361, 2017).

⁴⁵ Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979).

ordenamento jurídico brasileiro em 1984. Onze anos após a ratificação da CEDAW pelo Estado brasileiro, adota-se a políticas de cotas que, inicialmente, reservada 20% das vagas nas listas partidárias para um dos gêneros (PINTO, 2001). Em 1997, a porcentagem sobe para 25% e, em 2000, chega a 30% das candidaturas em eleições proporcionais.

Além desses marcos legais, outros incentivos foram criados para transformar o cenário político e auxiliar a ascensão das mulheres a este meio: a) Estabelecimento de ao menos 5% do fundo partidário destinado à formação de mulheres (Minirreforma Eleitoral – Lei nº 12.034/2009); b) Reserva de 10% do horário eleitoral gratuito da televisão para as candidatas de cada partido.

Apesar dessas iniciativas, as mulheres permanecem pouco presentes no Congresso Nacional. Mesmo tendo aumentado o número de mulheres para assumir cargos na Câmara de Deputados em 2019 – de 51 eleitas em 2014 para 77 em 2018 –, estas não alcançaram a paridade de gênero – representam 15% dos assentos. A situação se agrava em relação às mulheres negras e indígenas: as primeiras representam 2,5% dos assentos e, somente em 2018, uma indígena⁴⁶ foi eleita deputada federal (TSE, 2018). Isso ocorre em virtude de barreiras impostas a elas no acesso à política, como regras institucionais, escasso recurso para campanhas e preconceito no interior dos partidos (ARCHENTI; TULA, 2007). Para solucionar o segundo problema, foi estabelecido a destinação de ao menos 30% do fundo eleitoral para campanhas de mulheres a partir de 2018, e; para combater o sexismo dos partidos surgiram as organizações de mulheres em meados de 1980.

Atualmente, a maioria dos partidos contam com alguma organização de mulheres – algumas previstas em estatuto, outras possuem um estatuto ou regimento interno próprio e uma pequena parcela não possui qualquer regulamentação. Resguardadas as suas diferenças, as mulheres da política institucional parecem se organizar em torno dos comitês/secretarias e discutir a situação da mulher na política, a nível intrapartidário ou interpartidário. Com isso em mente, parte-se das organizações de mulheres em partidos políticos como *locus* inicial desta pesquisa.

3. AS ORGANIZAÇÕES E OS MOVIMENTOS DE MULHERES NOS PARTIDOS POLÍTICOS

⁴⁶ Joenia Wapichana (RR).

As organizações e os movimentos de mulheres nos partidos políticos são tributários da demanda por maior participação e representação feminina na política institucional. Tais organizações surgem em momentos diversos e são associadas a orientação política de suas organizações de origem. Por essa razão, os Comitês têm relações específicas com diferentes vertentes feministas e suas demandas.

Entre 1980 e meados de 2000, são criadas organizações em dez partidos políticos, são elas: A Ação da Mulher Trabalhista (AMT)/PDT, o PSDB-Mulher, o Mulher Progressista (MP)/Progressistas, a Secretaria de Mulheres do PCdoB, a Secretaria de Mulheres do PT, o PTB-Mulher (PTBM), Mulheres Socialistas/PSB, a Coordenadoria da Mulher do PPS, PRB Mulher e a Setorial do PSOL. Cada organização conta com uma estrutura e diretrizes distintas, conforme apresentam em seus documentos oficiais.

A pioneira é a AMT, ligada ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), Criada com o objetivo de aprimorar a representação política das mulheres trabalhistas, o foco da organização, demonstrado em seu Estatuto, é a incorporação das mulheres à vida partidária. Além disso, busca-se formá-las enquanto líderes feministas e fornecer apoio àquelas que decidirem candidatar-se a pleitos eleitorais. Para além da participação na política institucional, a AMT preocupa-se com o enfrentamento a toda forma de discriminação e violência contra as mulheres e à desigualdade de direitos entre os gêneros. A AMT aparece como o único órgão do partido responsável por corrigir estas desigualdades (AMT, 2017). Apesar de seus esforços, o PDT segue tendo dificuldades para contribuir com a eleição de mulheres; das 77 deputadas federais eleitas em 2018, somente três são deste partido⁴⁷.

À semelhança da AMT, o PSDB-Mulher, órgão do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), é criado em 1988, a fim de capacitar as mulheres do partido no sentido de sua formação política. O PSDB-Mulher busca incentivar lideranças femininas nos âmbitos público e privado (PSDB, 2009). Conforme o seu Estatuto, objetiva-se lutar contra todos os tipos de desigualdade, através da militância das mulheres do partido a nível estadual e nacional. Em relação à eleição de mulheres em 2018, o PSDB esteve empatado em segundo lugar com o Partido Social Liberal (PSL), entre os partidos que mais emplacou deputadas federais, com nove eleitas⁴⁸.

⁴⁷ Tábata Amaral (SP); Sílvia Cristina (RO) e Flávia Morais (GO).

⁴⁸ Bruna Furlan (SP); Tereza Nelma (AL); Edna Henrique (PB); Shéridan (RR); Mara Rocha (AC); Dra. Vanda Milani (AC); Mariana Carvalho (RO); Rose Modesto (MS); Geovania de Sá (SC).

O Progressistas conta com o MP. Criado em 1990, o MP é composto de movimentos municipais, estaduais e nacionais, com o intuito de alavancar a participação feminina na política (FORTUNA, 2018). De acordo com o seu Regimento Interno, recebem atenção prioritária: integração da mulher no mercado de trabalho, conscientização acerca de seu papel social, elaboração de atividades de qualificação profissional e a igualdade entre homens e mulheres na atuação política e social no próprio partido. A promoção da educação, da saúde e o enfrentamento à violência também são elencados como preocupações da organização (MP, 1996). Em relação às deputadas federais eleitas pelo partido em 2018, estas somaram cinco⁴⁹, colocando a legenda em quinto lugar entre as que mais elegeram mulheres, empatada com o PSOL.

No PCdoB, há uma Secretaria de Mulheres responsável por pautar as demandas das mulheres no partido. Conforme Adriana Jota (2018), coordenadora de Porto Alegre, a Secretaria foi fundada paralelamente ao partido (1922), previamente à sua cisão com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). No entanto, a Conferência de Beijing (1995) fornece as bases para a organização de suas diretrizes. Diferentemente das anteriores, a Secretaria busca integrar-se aos demais movimentos do partido, sem separá-las em uma organização distinta, vez que almeja atuar de forma a inserir as pautas das mulheres em todos os segmentos do partido: movimentos trabalhistas, estudantis, etc. A Secretaria não conta com Estatuto próprio, mas utiliza o documento da União Brasileira de Mulheres (UBM) para implementar incentivos à participação política das mulheres e ao enfrentamento a toda forma de discriminação (UBM, 2007). Em relação às mulheres eleitas, o partido emplacou quatro⁵⁰ deputadas federais em 2018.

Assim como no PCdoB, no PT há uma Secretaria de Mulheres, criada em 1996, como resultado da organização de mulheres que viam a necessidade de um órgão específico para enfrentar as desigualdades presentes no partido. A Secretaria atua para fortalecer a presença das mulheres, buscando a garantia dos seus direitos humanos. Conforme Misiara Oliveira (2018) representante da Secretaria no Rio Grande do Sul, entre esses direitos, destacam-se: maior participação política feminina; direitos sexuais e reprodutivos; enfrentamento da violência de gênero;

⁴⁹Iracema Portela (PI); Margarete Coelho (PI); Jaqueline Cassol (RO); Celina Leão (DF); Angela Amin (SC).

⁵⁰Jandira Feghali (RJ); Alice Portugal (BA); Professora Marcivania (AP); Perpétua Almeida (AC).

geração de trabalho e renda para mulheres; salário igual para trabalho de igual valor; igualdade de gênero na educação; equipamentos sociais de suporte às mulheres e suas famílias; direito à terra e à moradia. A perspectiva interseccional, que considera os marcadores de gênero, raça e classe simultaneamente, é norteadora das ações da Secretaria, ainda que estas não contem com estatuto. Nos últimos anos, o PT tem sido o partido que mais elege mulheres. No pleito de 2018, emplacou dez deputadas para a Câmara Federal⁵¹.

O PTB-Mulher é fundado em 1997, como uma resposta das mulheres do partido à sua insatisfação com a baixa participação feminina na organização. O PTBM almeja alcançar a igualdade de oportunidades e a não-discriminação da mulher no âmbito político. Busca incentivar e promover a participação feminina na política, valorizar o trabalho da mulher e o seu papel primordial na propulsão do amor familiar. Ademais, preocupam-se com o empoderamento psicológico, cognitivo e político das mulheres (PTBM, 1997). Apesar das ações desenvolvidas pelo PTBM, a representação feminina da legenda é baixa. Em 2018, o partido elegeu apenas uma⁵² deputada federal.

O Movimento de Mulheres Socialistas, organização do Partido Socialista Brasileiro (PSB), é criado em meados de 2000, tributário do diálogo entre militantes e a liderança estadual do partido no Rio Grande do Sul, preocupadas em ocupar os espaços da Executiva da agremiação. Segundo Maria Luiza Loose (2018), dirigente do movimento do estado, o Mulheres Socialistas consiste em um órgão de apoio ao PSB para impulsionar a participação feminina no partido e na sociedade, além de debater questões específicas sobre as mulheres. Desenvolve a formação política destas e o faz, à semelhança da Secretaria do PCdoB, de forma articulada com outros movimentos do partido, além de pesquisas e debates sobre políticas públicas para as mulheres. Em relação às eleitas pelo partido, em 2018, estas somam três deputadas federais⁵³.

A Setorial Nacional das Mulheres do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), é fundada em 2004, juntamente com a legenda, por militantes dissidentes do partido dos trabalhadores (PT). Nesta, são organizadas as principais diretrizes de atuação

⁵¹ Benedita da Silva (RJ); Margarida Salomão (MG); Marília Arraes (PE); Natália Bonavides (RN); Luizianne (CE); Rejane Dias (PI); Professora Rosa Neide (MT); Érika Kokay (DF); Maria do Rosário (RS); Gleisi Hoffmann (PR).

⁵² Luisa Canziane (PR).

⁵³ Rosana Valle (SP); Lídice da Mata (BA); Liziane Bayer (RS).

local, como a conquista de 50% de mulheres nas direções do partido, as quais terão como suplente uma mulher. O partido também é organizado a partir de núcleos de militância e a maioria é composto por mulheres. Entre eles, destacam-se o Coletivo Juntos e Juntas!, Movimento Esquerda Socialista (MES), Coletivo Rosa Zumbi. Em 2018, o partido emplacou cinco deputadas federais eleitas⁵⁴, empatando com o Progressistas e superando o número de eleitas pelo PCdoB.

As Coordenadorias da Mulher, criadas pelo Partido Popular Socialista (PPS), surgem com a intenção de aumentar a presença feminina na política e no partido. A organização rejeita toda forma de discriminação e desigualdade e busca a igualdade de posições entre homens e mulheres na política e na sociedade. A principal tarefa desenvolvida pelas Coordenadorias é a formação política continuada de suas filiadas. Ademais, pretendem alterar o estatuto do partido e consolidarem-se como Secretaria de Mulheres, assim como o fez o PCdoB e o PT. Apesar da informalidade das Coordenadorias da Mulher, o PPS elegeu duas⁵⁵ deputadas federais no pleito de 2018.

O PRB Mulher surge em meados de 2000 e se fortalece a partir da realização do 1º Congresso Nacional do movimento (2013). Conforme Rosângela Gomes (2018), coordenadora nacional da organização, sua tarefa principal é aumentar o número de mulheres na política, e em cargos eletivos a nível municipal, estadual e federal. O PRB Mulher considera a participação feminina como um dos pilares da democracia e tem como prioridade alfabetizar e qualificar mulheres. Em relação às candidatas, o PRB elegeu três deputadas federais⁵⁶ em 2018, assim como o PDT e o PSB.

3.1 OS FEMINISMOS E OS MOVIMENTOS DE MULHERES NOS PARTIDOS POLÍTICOS

A esta seção, reserva-se a análise das pautas priorizadas pelas organizações de mulheres e a sua relação com as vertentes feministas. Busca-se identificar possíveis articulações entre esses movimentos e os conceitos de feminismo *versus* feminino e demais aspectos relacionados ao que é ser mulher, em uma perspectiva interseccional.

⁵⁴ Sâmia Bomfim (SP); Luiza Erundina (SP); Talíria Petrone (RJ); Aurea Carolina (MG); Fernanda Melchionna (RS).

⁵⁵ Paula Belmonte (DF); Carmen Zanotto (SC).

⁵⁶ Maria Rosas (SP); Rosângela Gomes (RJ); Aline Gurgel (AP).

De forma geral, pode-se categorizar os movimentos de mulheres em dois grupos: aqueles que se consideram uma organização feminista e se utilizam do termo, e aqueles que rejeitam o conceito e denominam-se como organizações “femininas”, ou seja, composta por mulheres e para mulheres. No primeiro grupo, incluem-se a AMT, as Secretarias de Mulheres do PT, do PCdoB e do PSB e a Setorial Nacional do PSOL. No segundo grupo estão o Mulher Progressista, PTBM e o PRB. As Coordenadorias da Mulher do PPS encontram-se em uma posição híbrida; ao mesmo tempo em que Terezinha Silveira (2018), Presidenta do PPS de Tramandaí (RS), considera a organização como feminista, entende que o termo é, muitas vezes, desvirtuado. O PSDB-Mulher aponta uma posição semelhante. Conforme Ivana Maria Genro Flores (2018), coordenadora estadual do PSDB-Mulher no Rio Grande do Sul, acredita que se “o feminino em algum momento precisa ser muito feminista, que ele seja. Se em algum momento nós estivermos numa relação harmônica de igualdade, nós não podemos deixar de ser femininas. Não é um feminino sectário com os outros”.

A Secretaria do PT, a AMT, a Secretaria do PCdoB e a Setorial do PSOL apresentam debates semelhantes. A primeira foca na autonomia das mulheres e a garantia dos seus direitos humanos, sempre em uma perspectiva interseccional (OLIVEIRA, 2018). A segunda preocupa-se em debater o feminismo para populações de diversos segmentos sociais, em uma linguagem compreensível (FEIJÓ, 2018; VECCHIO, 2018). A Secretaria do PCdoB, por sua vez, tem como prioridade a emancipação econômica, política e social das mulheres (JOTA, 2018). A Setorial Nacional do PSOL, conforme seu *site*⁵⁷, foca no feminismo “de massas, o feminismo classista, popular e interseccional”. Além disso, as mulheres do PSOL defendem a luta contra o machismo, o racismo e a LGBTfobia. O Mulheres Socialistas, segue uma cartilha estabelecida pela organização nacional do partido, onde destaca-se questões de saúde, trabalho e geração de renda para mulheres (LOOSE, 2018).

O feminismo está constantemente presente nas falas das representantes das organizações mencionadas. Nestas, trabalha-se especificamente com a pauta feminista e não se conecta a mesma à noção de feminilidade e de naturalização do sujeito “mulher”. Significa dizer que seus discursos não são atrelados às tarefas e políticas de cuidado, como funções maternais e domésticas, no âmbito privado e no

⁵⁷ Disponível em: < <http://psol50.org.br/contribuicao-da-setorial-nacional-de-mulheres-do-psol-ao-debate-de-conjuntura-politica/>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

político. Não defendem a ideia de que mulheres possuem uma moralidade superior à dos homens que alteraria a política, em especial, em termos de serem “menos corruptas”.

A Coordenadoria do PPS, o PSDB-Mulher, o PTBM e o MP apresentam um discurso distinto. Embora não se identifiquem enquanto feministas, reconhecem os prejuízos às mulheres decorrentes do machismo na sociedade e, por extensão, na política. Nas Coordenadorias do PPS, há a defesa de iniciativas de ocupação dos espaços, onde as participantes são chamadas para que preencher lugares dentro e fora da estrutura partidária (SILVEIRA, 2018). Da mesma forma, o PSDB-Mulher entende que, vez que as mulheres compõem mais da metade da população e não há paridade de gênero na política, “tem alguma coisa errada nessa conta” (FLORES, 2018). Reconhece-se, portanto, que há preconceito contra as mulheres em funções políticas.

As demais organizações (PTBM, PRB Mulher e MP) compreendem que a maior participação feminina é benéfica para a sociedade e para a política. Noção atrelada à política do desvelo, onde mulheres podem fazer um trabalho diferenciado, vez que compartilham uma sensibilidade distinta e mais forte que a dos homens. Conforme Silvana Fortuna (2018), representante do MP, é essencial “a busca do espaço que nos deve ser igualitário [...] Aí as ideias das mulheres, que têm uma sensibilidade e uma sutileza, nós somos diferentes, mas nós queremos os direitos e as obrigações da mesma forma”. O PRB Mulher, por sua vez, foca na resolução das injustiças de gênero e de raça. Com o lema “Juntas Somos Mais Fortes”, sua prioridade é lutar por “ideais femininos” e “fazer a diferença nas urnas” com a eleição de republicanas ficha limpa.

Apesar das divergências ideológicas das organizações, há uma convergência entre todas no que concerne ao enfrentamento à violência e ao apoio à representação política feminina. No entanto, as formas como estas duas bandeiras são defendidas, divergem. É o caso da valoração das cotas; enquanto o MP não vê esta política de forma positiva, pois acredita que a mesma incita fraudes – como candidatas laranja – , as demais organizações compreendem que as cotas são indispensáveis à participação feminina na política, apesar de defenderem que somente este incentivo não é suficiente para alcançar a paridade de gênero. Além disso, o aumento da participação feminina na política assume diferentes significados em cada uma. Enquanto organizações mais próximas do eixo ideológico da “direita”, como a MP, o

PTBM e o PSDB-Mulher defendem que a luta pela representação política feminina abrange todas as mulheres, as Secretarias do PT, do PCdoB, a AMT e a Setorial do PSOL, defendem que a presença feminina não basta para resolver as desigualdades; é fundamental que as mulheres estejam comprometidas com os ideias feministas. Ainda que compreendam a importância de ocupar os espaços de poder, estas organizações entendem que esta ocupação é um passo para a transformação desses espaços. Nesse sentido, é perceptível a relação dos movimentos de mulheres com o seu partido de origem.

Tal tensionamento encontra respaldo nas produções de Anne Phillips (2001). Nestes, há uma distinção entre uma política de presença da política de ideias. Significa dizer que se debate, por um lado, se a mera presença das mulheres na política pode ser entendida como suficiente para trazer benefícios às mesmas ou, por outro, se é necessário interpretar que, paralelamente à esta presença, devem existir determinadas pautas, ligadas às tradições feministas, como a descriminalização do aborto e a resolução das desigualdades decorrentes do capitalismo.

4. CANDIDATAS FEMINISTAS NAS ELEIÇÕES DE 2018

Nesta seção, buscamos identificar pautas feministas durante as campanhas eleitorais das 11 candidatas selecionadas. Elas compõem uma parcela representativa de como a "identidade feminista" é acionada nas disputas eleitorais. A seleção das candidatas feministas aconteceu de duas formas: (a) candidatas conhecidas nos espaços de militância. Esse conjunto de mulheres milita em movimentos da sociedade civil e são reconhecidas pela defesa do feminismo, e; (b) candidatas indicadas por seus partidos. Foi possível chegar ao nome de 11 candidatas autodeclaradas feministas.

Em um segundo momento, efetuou-se a coleta das informações sobre os perfis sociodemográfico e de carreira no site do TSE. Também foram analisados os vídeos em campanha *online* no Facebook e demais informações complementares disponíveis nas redes oficiais. O material coletado foi publicado entre agosto e outubro de 2018 – período oficial de campanhas eleitorais, conforme a legislação brasileira. Para organizar as informações, optou-se em dividi-las em dois grupos: "deputadas estaduais" e "deputadas federais". Assim, confere-se maior rigor acadêmico às análises.

Quadro 1- Relação candidatas dep. estaduais e federais, partidos, votos recebidos e financiamento de campanha

Nome	Partido	Eleita	Votação	Financiamento de campanha (R\$)
Deputadas Estaduais				
Bruna Rodrigues	PCdoB	Não	12.985	PCdoB - 33.399,5 Outras - 7.720,5
Cris Machado	PCdoB	Não	2.058	PCdoB - 1.000 Outras - 3.680
Natasha Ferreira	PCdoB	Não	1.857	PCdoB - 1.587 Outras - 4.000
Iyá Sandrali	PT	Não	6.490	PT - Nacional 42.500 PT - Distrital 3.583,5 Outros - 6.031,47
Sofia Cavedon	PT	Sim	32.969	PT - Nacional 42.500 PT - Distrital 4.513,5 Outros - 166.120,31
Marianna Rodrigues	PCB	Não	2.587	PCB - 9.036,87
Deputadas Federais				
Carlinha Zanella	PSOL	Não	1.372	PSOL - 10.424,20
Dra. Anita	PT	Não	6.512	PT- Nacional 81.500,00 PT - Distrital 4.320,00 Outros - 18.420,00
Fernanda Melchionna	PSOL	Sim	114.302	PSOL - Nacional 200 mil PSOL - Distrital 20.077,91 Outros - 121.167,00
Karen Santos	PSOL	Não	16.438	PSOL - 27.989,85 Outros - 24.821,45
Silvana Conti	PCdoB	Não	8.077	PCdoB - Distrital 109.613,00 Outros - 66.580,00

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em TSE - Biografia das candidatas (2018).

4.1. Partidos Políticos e desempenho eleitoral

A análise aponta que todas as candidatas se lançaram à disputa em partidos de esquerda – o perfil político-partidário das 11 candidatas foi o mesmo. Ao todo, seis mulheres disputaram vaga para a Câmara Federal e outras cinco para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALERGS).

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) lançou quatro candidatas. Tal partido tem como característica investir maiores recursos (simbólicos e materiais) em candidaturas "prioritárias". Ainda assim, são lançadas várias candidaturas que proporcionam votos para a legenda. Essa estratégia serve para testar o desempenho eleitoral de lideranças políticas em ascensão, verificando a viabilidade para os pleitos seguintes. Em 2018, nenhuma das quatro candidatas selecionadas nesta pesquisa era prioritária no partido, o que explica a baixa votação e verbas que elas receberam. Por exemplo, Cris Machado e Natasha Rodrigues receberam cerca de mil reais cada

pelo partido – um valor pequeno face à importância do dinheiro para financiar campanhas eleitorais. A candidata com o melhor desempenho nas urnas no PCdoB foi Bruna Rodrigues, a qual também recebeu maior parcela de verbas. Além disso, chamou a atenção a ausência de vídeos onde Manuela D'Ávila apresentava Natasha Ferreira, a única candidata trans no PCdoB gaúcho. As demais candidatas divulgaram vídeos onde a Manuela introduzia "quem eram essas candidatas", conferindo um importante recurso simbólico dado a importância e o reconhecimento nacional da figura política de Manuela, a qual também se soma a cultura *personalista* na política brasileira.

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi responsável por lançar três candidatas feministas – duas para a vaga estadual e uma para federal. Em relação ao repasse de verbas para campanhas eleitorais, o PT distribuiu um valor praticamente igual às duas candidatas que disputaram uma vaga na ALERGS: Iyá Sandrali e Sofia Cavedon. A última recebeu maior doação de pessoas físicas – praticamente 160 mil a mais que Iyá Sandrali. Essa disparidade nas doações, somada ao exercício de cinco mandatos eleitorais na Câmara de Vereadores em Porto Alegre, contribuiu para o bom desempenho de Cavedon.

O PSOL foi responsável por três candidaturas feministas. Todas disputaram vaga à Câmara Federal. Em linhas gerais, Fernanda Melchionna recebeu um valor muito superior às demais candidatas, auxiliando na sua eleição. Estima-se que o partido tenha repassado essa verba devido à trajetória política de Melchionna. Apesar disso, é questionável o menor repasse de verbas para as candidatas Karen Santos e Carlinha Zanella, ambas negras. Tal resultado indica alguns limites dos partidos de esquerda para, efetivamente, apoiarem candidatas negras. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) possui menos recursos para financiar campanhas eleitorais. Dessa forma, lança menos candidaturas que, conseqüentemente, recebem maior parte das verbas.

4.2. Feminismos e participação política

A relação dos movimentos feministas⁵⁸ nas trajetórias políticas das candidatas esteve presente em todas as campanhas eleitorais. Em linhas gerais, observou-se que as vivências delas enquanto "mulheres" implicou uma relação distinta com os movimentos feministas. Há dois pontos destacados em suas falas: (a) um grupo se identificou com as pautas feministas a partir das *desvantagens* sociais. Esse ponto foi mais recorrente na trajetória de vidas das candidatas negras. Para essas, o feminismo surge desde o momento em que elas nascem e lutam para sobreviver, principalmente para que seus familiares não sejam vítimas do genocídio negro, e; (b) para as demais mulheres, em sua maioria brancas e pertencentes à classe social média e alta, elas se identificam com o feminismo durante o movimento estudantil – na escola e, mais especificamente, na fase universitária. Ou seja, em espaços *privilegiados* socialmente.

4.2.1 Candidatas para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

Bruna Rodrigues (PCdoB) iniciou a sua trajetória política devido à maternidade. Mãe aos 16 anos, buscava uma vaga na creche em sua comunidade, na Vila Tronco, um dos bairros mais violentos de Porto Alegre. Em 2004, entrou em contato com a então Deputada Manuela D'Ávila e juntas conquistaram a creche. A vida de Bruna foi marcada por sua condição de mulher negra, mãe e periférica. Aos 15 anos, começou a perder seus amigos para a violência urbana (tráfico). Em meio a vivência na comunidade e no enfrentamento diário que Bruna conhece "a política". A partir de 2008, integra o gabinete de Manuela e auxilia na organização de debates em escolas e comunidades. As promessas eleitorais estiveram vinculadas à trajetória de Bruna, destacando a importância da educação e de serviços públicos para as mães. Em relação ao feminismo, ela aponta que, no início, não se identificava, devido à distância daquilo que escutava e o que vivenciava em sua comunidade. Assim, ela afirma-se como uma feminista negra, o feminismo das mulheres da comunidade e do cotidiano.

De forma semelhante, Cris Machado (PCdoB) iniciou a trajetória política após a experiência da maternidade, central em sua campanha eleitoral: "sou mãe de duas crianças, um de 9 anos e uma de 4 anos, que foram uma verdadeira revolução no

⁵⁸Optamos por falar em feminismos para denotar a pluralidade de feminismos (negro, acadêmico/branco, decolonial, pós-colonial, comunitário, ecofeminismo entre outros).

meu olhar sobre a sociedade". A militância feminista de Cris Machado, portanto, se conecta à maternidade, coordenando o projeto "Plantão Materno" para auxiliar as mães. A justificativa de pleitear um mandato eleitoral envolve a importância da maternidade, assim como suas propostas eleitorais: ampliação das vagas em creches para que as mulheres possam trabalhar, incentivo ao aleitamento materno, combate à violência obstétrica e aumento das políticas públicas para combater a mortalidade infantil.

Natasha Ferreira disputou a vaga para a ALERGS pelo PCdoB. Em seu material de campanha, se apresenta como uma "estudante de Gestão Pública e ativista dos direitos humanos". A militância de Natasha é conectada à sua vivência como mulher trans. No ano de 2005, se envolve na luta pelos direitos LGBT e atua na ONG Cores, auxiliando na realização da primeira parada LGBT da cidade de Novo Hamburgo. Também foi assessora do Ministério dos Direitos Humanos e no mandato eleitoral da Deputada Federal Maria do Rosário. Além disso, ela dirige nacionalmente a UBM e é presidente da União Nacional LGBT (UNA) no Rio Grande do Sul. Sua plataforma de ação política direciona-se a dar mais voz aos excluídos da política institucional.

A candidata Iyá Sandrali (PT) é Iyalorixá, psicóloga, especialista em Criminologia e trabalhou como servidora pública e é Secretária Executiva do Conselho do Povo de Terreiro no Rio Grande do Sul. Foi a única candidata negra a disputar uma vaga na Assembleia Legislativa pelo PT, o que demonstra a dificuldade de pessoas negras na disputa eleitoral. Ela afirma que as mulheres negras já nascem fazendo política, enfrentando diariamente o sistema racista, machista, patriarcal e escravocrata que se perpetua até hoje. A sua história é relatada a partir da ancestralidade e da força de mulheres de sua família. Ela recebeu apoio de importantes intelectuais e ativistas negras, como a filósofa Djamilia Ribeiro e a socióloga Sueli Carneiro.

Também candidata pelo PT, Sofia Cavedon possui uma longa e sólida trajetória de militância no Rio Grande do Sul. Em seu material de campanha eleitoral, se apresentou como ex-professora municipal de anos iniciais e em Educação Física, com formação e pós-graduação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Dirigiu a Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Educação e do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (1986/1996). Exerceu o quinto mandato eleitoral como Vereadora em Porto Alegre (1997/2020) e foi Secretária

Adjunta da Educação (1997/2000) e Secretária Municipal da Educação de Porto Alegre (2002/2003). Atua nos diretórios municipais e estaduais no PT, militando na Setorial da Educação, Cultura e Núcleos Sindicais. Em linhas gerais, vincula-se à área educacional. Na militância feminista, luta pela igualdade de gênero (com foco na educação) e constrói a Marcha Mundial das Mulheres. Em 2019, assume como deputada estadual na ALERGS.

Mariana Rodrigues (PCB) é graduada e Mestre em Psicologia Social e tem graduação em Direito. Iniciou a militância política durante o ensino médio, em uma associação de mulheres de São Borja/RS. Atuou em um grupo que assessora mulheres vítimas de violência doméstica e a população LGBTs. Defende a educação popular, pública, gratuita e de qualidade. O fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial e ampliação da atenção básica em saúde mental e a luta pelo fim da violência doméstica.

4.2.2 Candidatas para a Câmara Federal

Carlinha Zanella (PSOL) é mulher negra, moradora da grande Cruzeiro. Para ela, quando se fala de mulher negra e militância: "a gente sabe que a nossa militância inicia no momento em que a gente nasce. Porque nascer, se manter viva, sobreviver na periferia, onde a gente é o tempo todo condenado a uma situação". Iniciou a militância durante o ensino médio para defender cotas na universidade pública. Acessar à universidade federal, espaço de privilégio social, também foi importante para a militância de Carlinha. Foi a primeira de sua família a se formar em um curso superior (Ciências Sociais) e está cursando Direito pela mesma instituição. Também coordena o Emancipa Mulher e milita no coletivo Juntos. Defende a criação de casas de acolhimento para a população LGBT, a laicidade e a não perseguição da religião de matriz africana, o aumento de investimentos na área de saúde mental e a implementação de políticas eficazes para combater a violência doméstica.

Também candidata pelo PSOL, Karen Santos é negra e jovem, trabalhadora na rede estadual. Começou a militar na UFRGS e participou em mais de cinco ocupações "para não perder o que é nosso por direito, desde a questão de cotas, até o ajuste fiscal". Também auxiliou a fundação do Coletivo Negração e atualmente participa do Coletivo Alicerce e a frente Kilombola e luta pelo direito ao carnaval na cidade de Porto Alegre. "A nossa história de luta e resistência é de 508 anos aqui

neste território, formado em cima do genocídio da população indígena e em cima do tráfico de africanos escravizados e que ainda hoje tem uma dívida histórica a ser cumprida". Em 2019, Karen assume o cargo de vereadora no lugar de Fernanda Melchionna.

Fenanda Melchionna (PSOL) foi uma das fundadoras do PSOL. É bibliotecária e formada pela UFRGS. Militou no movimento estudantil dessa universidade em 2004, durante os movimentos secundaristas. A identificação com o feminismo surgiu em 2002: "Só que os tempos eram outros, era muito difícil ser feminista, nós fazíamos passeatas com 20, 30 mulheres no 8 de março". Exerceu o terceiro mandato na Câmara de Vereadoras de Porto Alegre (2008/2020) e em 2019 assume a vaga de deputada federal em Brasília. É contrária ao "desmonte da educação e ao parcelamento de Salários", ao racismo, ao auxílio-moradia e salários altos para deputados. Defende a ampliação das bibliotecas nas escolas públicas e a taxaço de grandes fortunas. Os direitos da mulher também são centrais em suas promessas de campanha.

Dra. Anita (PT) é médica na área de ginecologia. Fundou em 1996, junto com outras militantes, o grupo "Luta, Maria!", integrou a Coordenadoria Estadual da Mulher (2001/2002). Também foi Coordenadora de Políticas Públicas para as mulheres em Novo Hamburgo/RS (2014/2016). Desde os anos 2000, integra a Macha Mundial das Mulheres e participa de seminários de formação e ações militantes no Rio Grande do Sul e no país. Defende os direitos às mulheres lésbicas, maior representatividade feminina na política e busca combater a violência doméstica.

Silvana Conti (PCdoB) é Diretora Nacional da pasta Lésbicas, Bissexuais e Transexuais (LBT) da UBM, e vice-Presidenta da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB-RS) (licenciada). Atuou por 30 anos como professora da Rede Municipal de Porto Alegre. Recebeu o prêmio Mulher em Ação na Educação na Câmara Municipal da cidade e o Troféu Mulher Cidadã da ALERGS. Foi Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, eleita ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e ao Conselho Nacional LGBT. Foi uma das fundadoras da Liga Brasileira de Lésbicas. Silvana apresentou propostas comprometidas com um mandato feminista, implementando e ampliando as patrulhas Maria da Penha e a criação de Políticas Públicas que rompam com a vulnerabilização da mulher portadora de deficiência.

CONCLUSÕES

Recentemente, a política institucional foi palco de discussões e embates dos diferentes movimentos feministas. Estes trouxeram à cena pautas específicas de diferentes mulheres e demandaram maior participação e representação política feminina nas esferas de poder. Apesar de a agenda feminista ter maior proximidade aos partidos de esquerda, percebe-se que a pauta de mulheres na política é prioridade em todas as Organizações de Mulheres analisadas, independente de sua orientação ideológica. No entanto, a forma como são tratadas as candidaturas de mulheres e sua ascensão à política institucional difere entre as organizações; há, aqui, o embate entre a política de presença e a política de ideias (PHILLIPS, 2001). Enquanto algumas organizações mais próximas do eixo da “direita” (MP, PTBM, PSDB-Mulher) defendem que a questão da representatividade está ligada ao aumento das mulheres na política, outras organizações (Secretarias do PT, do PCdoB, Setorial do PSOL e AMT) indicam que tal representatividade só se efetiva se for atrelada à agenda feminista.

Este fato é evidenciado quando se analisam as candidaturas de mulheres declaradamente feministas. No pleito de 2018, todas essas se apresentaram como candidatas em partidos mais próximos ao eixo da “esquerda” e, consigo, trouxeram pautas como: o combate ao sistema racista e sexista, a luta contra o preconceito a religiões de matrizes africanas, os direitos de pessoas LGBT, o enfrentamento à violência doméstica, a proteção de mulheres portadoras de deficiência, o aumento da representatividade feminina na política e a criação de serviços públicos de qualidade voltados à saúde e à educação. Ademais, pautaram outras questões não diretamente relacionadas às mulheres, como a taxação das grandes fortunas e o fim do auxílio moradia e de altos salários para deputados.

No entanto, percebe-se a setorização de algumas pastas. A questão racial, por exemplo, é central na vivência, na trajetória e na candidatura das mulheres negras. As brancas mencionam o combate ao racismo, mas não se percebem enquanto um grupo também racializado e que, em virtude de sua branquitude, possui privilégios como, por exemplo, a presença em espaços restritos, especialmente as universidades. Tais privilégios ficam ainda mais evidentes ao se analisar o repasse de verbas dos partidos às candidaturas – as candidatas brancas do PT e, especialmente do PSOL, concentraram a maior parcela do financiamento,

distanciando-se das demais em termos de possibilidade real de eleição. Fato que demonstra uma das dificuldades de pessoas negras ascenderem aos postos de poder. A maternidade também é uma pauta setorizada; aparece na vivência e nas prioridades daquelas candidatas que são mães, onde as mesmas apresentam suas dificuldades e, em alguns casos, como a condição de mãe transformou-se em caminho para a sua participação política.

Por fim, nota-se que tanto as trajetórias de vida, quanto as propostas eleitorais das candidatas estão atreladas à militância feminista que, muitas vezes, é a porta de entrada das mulheres na política e nos partidos, produzindo uma sólida interlocução entre os movimentos sociais e a política institucional (TILLY, 2010; MEZA; TATAGIBA, 2016). A presença dessas mulheres indica, também, a capacidade de os movimentos feministas incorporarem demandas na agenda política dos partidos, pautas estas que, às vezes, retornam à sociedade em forma de políticas públicas e legislações para mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AÇÃO DA MULHER TRABALHISTA (AMT). **Estatuto da Ação da Mulher Trabalhista**, Brasília, DF, 2017.
- ALMEIDA, Carla; LUCHMANN, Lígia; RIBEIRO, Ednaldo. Associativismo e representação política feminina no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 8, p. 237-263, 2012.
- ARATO, Andrew; COHEN, Jean. Esfera pública y sociedad civil. **Revista Metapolítica**, v. 3, n. 9, p. 37-55, 1999.
- ARCHENTI, Nélica; TULA, María Inés. **Mujeres y política en América Latina - sistemas electorales y cuotas**. Buenos Aires: Heliasta, 2008.
- DAHLBERG, Lincoln; SIAPER, Eugenia (Ed.). **Radical democracy and the Internet: Interrogating theory and practice**. London: Springer, 2007.
- FEIJÓ, Tânia. **Membro do Diretório Nacional do PDT**. Porto Alegre: 21 maio 2018.
- FERREIRA, Carolina Branco de Castro *Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo*. **Cadernos Pagu**. Campinas, V. 44, p. 233-263, 2015.
- FLORES, Ivana Maria Genro. **Membro do PSDB-Mulher**: 8 maio 2018.
- FORTUNA, Solange. **Secretaria Geral da Mulher Progressista RS**. 21 maio 2018.
- FUNG, Archon. Survey article: recipes for public spheres: eight institutional design choices and their consequences". **Journal of political philosophy**, v. 11, n. 3, p. 338-367, 2003.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**, Vozes, 2003.
- GOMES, Rosângela. **Nossa história**. PRB Mulher Nacional, 1 mar. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/prbmulhernacional/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 08 jan. 2019

JOTA, Adriana. **Membro da Secretaria de Mulheres do PCdoB RS**. Porto Alegre: 16 maio 2018.

MEZA, Humberto; TATAGIBA, Luciana. **Movimentos sociais e partidos políticos: as relações entre o movimento feminista e o sistema de partidos na Nicarágua (1974-2012)**, 2016.

LOOSE, Maria Luiza. **Secretaria Estadual de Mulheres do PSB RS**, Porto Alegre: 21 maio 2018.

LUCHMANN, Lígia Helena Han. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 85, 2014.

_____; SCHAEFER Márcia Inês; NICOLETII, André Selayaran. Associativismo e repertórios de ação político-institucional. **Revista Opinião Pública**, v. 23, n. 2, p. 361, 2017.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney. Introduction: Dynamics of contention ten years on. **Mobilization: An International Quarterly**, v. 16, n. 1, p. 1-10, 2001.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider; GONÇALVES, Leandro Pereira. A fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no exílio” Civitas, 16, 3, jul-set. *In*: MELUCCI, Alberto (2001) A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Vozes, 2016.

MULHER PROGRESSISTA (MP). **Estatuto da Mulher Progressista**. Brasília, DF, 1996.

OLIVEIRA, Misiara. **Membro da Secretaria de Mulheres do PT RS**. Porto Alegre: 2 maio 2018.

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA (PPS). **Estatuto do Partido**. Brasília, DF, 1992.

PARTIDO PROGRESSISTA (PP). **Estatuto do Partido**. Brasília, DF, 2016.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB). Programa do Partido. *In*: BRASIL. **Partidos Políticos Brasileiros: programas e diretrizes**, Brasília, DF, 2013-2014.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). **Estatuto do Partido**. Brasília, DF, 2015.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB). **Reunião com dirigentes estaduais**. Porto Alegre: 25 abr. 2018.

PINTO, Celi Regina J. Feminism, history and power. **Revista de sociologia e política**, n. 18, v. 36, p. 15-23, 2001.

_____. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença. **Estudos Feministas**, Ano 9, 2º sem, 2001.

PRÁ, Jussara Reis. Reflexões sobre gênero, mulheres e política. *In*: PAIVA, Denise (Org.) **Mulheres, política e poder**. Goiânia: Editora da UFG, p. 101-126, 2011.

PSDB-MULHER. **Regimento Interno do Secretariado Nacional da Mulher**. Brasília, DF, 2009.

PTBM. **Regimento Interno do PTB Mulher**. Brasília, DF, 1997.

PUTNAM, Robert. Tuning in, tuning out: The strange disappearance of social capital in America. **PS: Political science & politics**, v. 28, n. 4, p. 664-683, 1995.

SILVEIRA, Terezinha. **Membro da Coordenadoria da Mulher do PPS**. Porto Alegre: 5 maio 2018.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1983.

TILLY, Charle. Movimentos sociais como política. **Revista brasileira de Ciência política**, n. 3, p. 133-160, 2010.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Sistema de Divulgação de Candidaturas e de Prestação de Contas Eleitorais (DivulgaCandContas)**. TSE, 2018. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/sistema-de-divulgacao-de-candidaturas-e-prestacao-de-contas-eleitorais-divulgacandcontas>>.

Acesso em: 20 dez. 2018.

UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES (UBM). **Estatuto da UBM**. São Paulo, 2007.
VECCHIO, Miguelina. **Secretária Geral da AMT RS**. Porto Alegre: 21 maio 2018.